

**II.1.3) O anúncio implica:**

Um contrato público.

**II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições**

Concurso para a empreitada, por série de preços, de execução de todas as obras de engenharia civil e fornecimento dos equipamentos da nova barragem do Alto Ceira, compreendendo, ainda, para além de todos os trabalhos acessórios e complementares relacionados com a mesma, a construção de um edifício destinado aos equipamentos eléctricos (EEE), a execução do acesso desde o CM 1401 até à nova barragem, a rectificação localizada do CM 1401, a demolição parcial da barragem existente e a recuperação paisagística.

Faz ainda parte da empreitada a realização dos projectos de execução relativos a acabamentos da barragem, acessos, edifício EEE, demolição da barragem existente e recuperação paisagística.

**SECÇÃO IV: PROCESSO****IV.1) TIPO DE PROCESSO****IV.1.1) Tipo de processo**

Concurso público.

**IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO**

**IV.3.1)** Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 060/PNC-RQ/2007

**IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:**

Sim.

Anúncio publicado num perfil de adquirente

Número do anúncio no JO: 2007 /S 284 - 0304282 de 27/12/2007

**SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES**

Rectificação ao anúncio n.º 2611077619 publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2008.

Concurso para a execução da empreitada de construção da nova barragem do Alto Ceira.

Relativamente ao anúncio de concurso publicado no Suplemento *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, em 27 de Dezembro de 2007, com a referência 2007/S 248-304282, comunica-se a todos os interessados que foi emitida a Nota Suplementar a seguir indicada:

Nota suplementar n.º 1

Volume VI – Caderno de Encargos

Elementos de Projecto

Informação cartográfica e topográfica em suporte digital «CAD»

A presente Nota Suplementar refere-se a informação cartográfica e topográfica, em suporte digital vectorial «CAD», complementar à já disponibilizada em suporte digital convencional «PostScript» no Caderno de Encargos do Concurso anunciado a 27 de Dezembro de 2007. É composta pelos seguintes elementos informativos, em suporte digital «CAD»:

Topografia e base cartográfica geral das zonas sujeitas a intervenção no âmbito da empreitada, e respectivas envolventes, com maior pormenor nas zonas previstas para estaleiro industrial, instalações sociais, escombreiras, e vale a jusante da barragem existente (abaixo da cota 675,00);

Suporte aos desenhos dos elementos de projecto relativos à implantação, enquadramento e topografia envolvente da barragem existente, da nova barragem e do acesso a partir do CM 1401 (desenhos n.º 2108-P1252/07, 2108-P1205/07 e 2108-P1206/07);

Enquadramento geral, e fotoplano, de todos os elementos informativos disponibilizados.

O sistema de geo-referenciação da base cartográfica disponibilizada é o seguinte:

Coordenadas Horizontais: «Hayford-Gauss/Datum73»

Cotas Ortométricas: «Datum Altimétrico Nacional (Cascais)».

Todos os acessos existentes às zonas de intervenção no âmbito da empreitada, encontram-se evidenciados na base cartográfica tridimensional, e também visíveis nas ortofotos que acompanham os elementos disponibilizados.

A presente nota suplementar será, nos termos da cláusula 2.4 do programa de concurso, junta ao processo de concurso, dele passando a fazer parte integrante, tendo na presente data seguido para publicação nos mesmos órgãos onde o Anúncio do Concurso foi publicado.

**VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO:** 26/02/2008.

26 de Fevereiro de 2008. — O Administrador, *Rui Almiro*.

2611093644

**PARTE L****MINISTÉRIO DA SAÚDE****Aviso n.º 6540/2008****Procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Promoção da Qualidade Clínica**

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do Director-Geral da Saúde, de 12.02.2008, faz-se público que a Direcção-Geral da Saúde pretende proceder à abertura de procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Promoção da Qualidade Clínica, nos seguintes termos:

1 — Área de actuação do cargo a prover:

Compete ao Chefe de Divisão a recrutar garantir a prossecução das atribuições cometidas à Divisão da Promoção da Qualidade Clínica, previstas no n.º 2 artigo 3.º do Anexo constante do Despacho n.º 11518-A/2007, que a seguir se especificam:

*a)* Coordenar o desenvolvimento da excelência na prestação de cuidados de saúde;

*b)* Criar e orientar a aplicação de instrumentos de melhoria da qualidade clínica com vista à excelência;

*c)* Normalizar e definir critérios de boas práticas clínicas para o licenciamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde.

2 — Requisitos formais de provimento — Os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada:

*a)* Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

*b)* Ser detentor de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

3 — Perfil:

Pretende-se que os candidatos possuam:

1) Obrigatoriamente:

*a)* Experiência profissional comprovada na área funcional do cargo a prover.

2) Preferencialmente:

*a)* Experiência profissional comprovada no sector da Saúde;

*b)* Formação profissional comprovada na área funcional do cargo a prover.

4 — Métodos de selecção:

*a)* Avaliação Curricular com carácter eliminatório;

*b)* Entrevista Pública.

5 — Constituição do júri:

*a)* Dr. Francisco Henrique Moura George — Director-Geral da Saúde, que preside;

*b)* Dr. Rui Portugal — Vogal do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.;

*c)* Prof. Doutor Jorge Torgal — Director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.

6 — Forma de provimento — Nomeação, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos.

7 — Formalização de candidaturas — No prazo de 10 dias úteis a contar da publicitação do presente aviso na bolsa de emprego público (BEP), as candidaturas devem ser formalizadas em requerimento dirigido ao Director-Geral da Saúde, por correio, em carta registada com aviso de recepção, ou entregue pessoalmente na Secção de Pessoal e Expediente,

sita na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 45 — 1.º, 1049-005 Lisboa, devendo nele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do cargo a que se candidata;
- b) Identificação completa do candidato (nome, filiação, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e entidade que o emitiu, residência, código postal e número de telefone para contacto);
- c) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se referem os n.ºs 2 e 3 do Aviso.

7.1 — O requerimento deve ser acompanhado de *curriculum vitae*, assinado, detalhado, onde constem as habilitações académicas e situação profissional, nomeadamente, funções que tem exercido e respectivos períodos de exercício, bem como, a formação profissional detida e comprovada com fotocópia dos respectivos certificados.

7.2 — Os candidatos que exerçam funções na Direcção-Geral da Saúde estão dispensados da entrega dos comprovativos mencionados em 7.1, que se encontrem no respectivo processo individual.

8 — O júri pode exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — Os candidatos serão notificados do resultado do concurso, não havendo lugar a audiência de interessados, nos termos do n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

12 de Fevereiro de 2008 — O Director-Geral da Saúde, *Francisco George*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Aviso n.º 6541/2008

#### Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1º grau, para o Instituto dos Museus e da Conservação

1 — Nos termos do artigo 21º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2º da lei 51/2005 de 30 de Agosto torna-se público que, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura, no *Diário da República*, e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director do Departamento de Conservação e Restauro, equiparado a director de serviços, no quadro de pessoal do Instituto dos Museus e da Conservação, aprovado por Portaria n.º 377/07, de 30 de Março.

2 — Áreas de actuação — Para além das competências genéricas previstas no n.º 1 do artigo 8º da lei 2/2004 de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005 de 30 de Agosto, em conjugação com as referidas no artigo 5º da Portaria n.º 377/07 de 30 de Março.

3 — Requisitos formais de provimento os constantes do n.º 1 do artigo 20º da lei 51/2005 de 30/8 a saber:

- a) Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- b) Ser detentor de 6 anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreira para cujo exercício de provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido:

- a) Licenciatura nas áreas de Ciências Sociais e Humanas ou das Artes e experiência comprovada na área para que é aberto o concurso
- b) Experiência profissional comprovada no domínio do património cultural e ou da museologia;
- c) Conhecimento da estrutura da Administração Pública na área da cultura e das políticas e problemáticas culturais contemporâneas;
- d) Capacidade de coordenação e de liderança de equipas.

5 — Métodos de selecção — são utilizados cumulativamente os seguintes métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular
- b) Entrevista Pública

6 — Local de trabalho — o local de trabalho é no Instituto dos Museus e da Conservação, sito no Palácio Nacional da Ajuda, ala sul, piso 4-1349-021 Lisboa.

7 — Composição do júri:

- a) Dr.ª Isabel Raposo Magalhães, Subdirectora do Instituto dos Museus e da Conservação, que preside;

- b) Dr.ª Maria da Conceição Lopes Casanova, Directora de Serviços de Administração do Instituto de Investigação Científica e Tropical;
- c) Professor Dr. João Paulo Pereira de Freitas Coroado, Director do Depto. de Arte Conservação e Restauro do Inst. Politécnico de Tomar.

8 — Formalização de candidaturas:

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director dos Museus e da Conservação, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio em carta registada com aviso de recepção.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado datado e assinado;
- b) Declaração actualizada emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documentos comprovativos das acções de formação profissional;
- e) Documentos comprovativos da experiência profissional específica e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

9 — Em caso de dúvida o júri poderá exigir a qualquer dos candidatos os esclarecimentos ou a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21º da lei 2/2004 de 15/1, com a redacção dada pela lei 51/2005 de 30/8.

28 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora do Instituto dos Museus e da Conservação, *Isabel Raposo Magalhães*.

### Aviso n.º 6542/2008

#### Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2º grau, para o Instituto dos Museus e da Conservação

1 — Nos termos do artigo 21º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2º da lei 51/2005 de 30 de Agosto torna-se público que, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura, no *Diário da República*, e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director do Museu da Terra de Miranda, equiparado a Chefe de Divisão, no quadro de pessoal do referido Museu, aprovado por Portaria n.º 824/93, de 8 de Setembro.

2 — Áreas de actuação — propor ao IMC a programação do conjunto de actividades do museu; gerir o museu, incluindo recursos humanos e orçamentais em articulação com o IMC; coordenar e desenvolver projectos nas áreas da conservação, investigação, gestão e divulgação das colecções do museu; promover acções de articulação com a comunidade e com outras instituições, tendo em vista a captação de públicos e o reforço do museu como instituição cultural de referência; liderar a equipa do museu, tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos.

3 — Requisitos formais de provimento os constantes do n.º 1 do artigo 20º da lei 51/2005 de 30/8 a saber:

- a) Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- b) Ser detentor de 4 anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreira para cujo exercício de provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido:

- a) Licenciatura na área de Ciências Sociais e Humanas e experiência comprovada na área para que é aberto o concurso;
- b) Experiência profissional comprovada no domínio do património cultural e ou da museologia;
- c) Conhecimento da estrutura da Administração Pública na área da cultura e das políticas e problemáticas culturais contemporâneas;
- d) Capacidade de coordenação e de liderança de equipas

5 — Métodos de selecção — são utilizados cumulativamente os seguintes métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular
- b) Entrevista Pública